



Entrevista de Paulo Fontes

Concedida a Julia
Chequer¹



Paulo Fontes é doutor e mestre em História Social pela Universidade Estadual de Campinas. É graduado em História pela Universidade de São Paulo. Foi professor da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, professor visitante nas universidades de Duke e Princeton, nos Estados Unidos, pesquisador visitante no International Institute of Social History em Amsterdã, Holanda e no re:work Institute da Humboldt University em Berlim, Alemanha. Entre 2010 e 2012, foi coordenador nacional do GT Mundos do Trabalho, da Associação Nacional de História. Atualmente, Paulo Fontes é docente e pesquisador do CPDOC/FGV e coordena o Laboratório de Estudos dos Mundos do Trabalho e dos Movimentos Sociais (LEMT) do CPDOC/FGV.

<http://dx.doi.org/10.12660/rm.v8n13.2017.73049>

¹Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais (PPHBC) - CPDOC/FGV, Rio de Janeiro, Brasil. E-mail: juliachequer@gmail.com.

O tema do próximo dossiê da revista *Mosaico é Migrações e Identidades*. Então, fale um pouco sobre sua trajetória acadêmica e seu envolvimento com o tema.

É curioso eu ser chamado para uma entrevista sobre migrações porque – apesar de o meu trabalho mais conhecido ser sobre migrações internas, sobre toda essa questão dos nordestinos em São Paulo, e obviamente de eu ter tido uma relação com essa literatura – eu nunca pessoalmente me considerei um historiador das migrações. Na verdade, me considero um historiador do trabalho que teve que lidar com o tema das migrações, porque era uma questão central para o meu objeto. Então, vele a pena contar um pouco como que eu tive que chegar nesta questão. Contar isso é contar um pouco da minha trajetória de pesquisa.

Entrei no mestrado em meados dos anos 1990, no departamento de História da UNICAMP, quando comecei a pesquisar. É curioso, porque eu vinha de uma experiência como assessor no movimento sindical. Fiz História na USP, mas no final do curso comecei a trabalhar com educação sindical. Trabalhei no Instituto Cajamar - de educação política em geral - na área sindical, e desse meu trabalho surgiu um convite para eu assessorar o sindicato dos trabalhadores das indústrias químicas de São Paulo, um dos maiores sindicatos da cidade. Era, na época, um sindicato importante e fui trabalhar lá muito novo, na verdade, e aquela experiência me encantou. É uma história interessante, pois às sextas-feiras eu ficava lá e havia um bar no sindicato e uma associação de aposentados. Lá, ficavam aqueles velhinhos conversando e eu gostava de ficar perto deles ouvindo. Enfim, eles ficavam tomando cerveja e eu ficava um pouco com eles e, ouvindo as histórias, começou a me chamar a atenção o fato de todos terem algumas coisas em comum: eram do bairro de São Miguel Paulista, a grande maioria; tiveram uma experiência política e sindical importante no pré-1964, alguns no pós-1964, mas, especialmente os mais velhinhos – Sr. Adelço e Sr. Montanhane – tiveram essa experiência no pré-1964, foram cassados, e tinham uma história que para mim, na época, era heroica, e eu ficava um pouco entusiasmado de ouvi-los falar; a imensa maioria era nordestina; e grande parte tinha trabalhado na companhia Nitro Química Brasileira, em São Miguel Paulista.

Então, aquilo começou a ressoar na minha cabeça, e vi que era um tema interessante, que ninguém havia estudado e resolvi pesquisar. Mais tarde, eu descobri que existiam sim alguns estudos. Isso coincidiu com o fato de alguns amigos - que conheci no Instituto Cajamar – serem mestrados da UNICAMP: Fernando Teixeira da Silva (atualmente Professor do Departamento de História da UNICAMP); Alexandre Fortes (atualmente Pró-Reitor da Pesquisa da UFRRJ); Hélio da Costa (atualmente Assessor de formação do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC) e Antônio Luigi Negro (atualmente Professor do Departamento de História da UFBA), que no momento estou supervisionando como pós-doutor aqui no CPDOC. Essa turma toda, menos eu, já estava na UNICAMP como mestrando e eu falei: “bom, vou entrar e vou estudar essas coisas, vou estudar esses trabalhadores da Nitro Química”. Então, entrei na UNICAMP e fiz meu mestrado, que depois foi publicado com o título de *Trabalhadores e cidadãos – Nitro Química: a fábrica e as lutas operárias nos anos 50* (FONTES, 1997).

A Nitro Química tem uma história interessante, porque é uma indústria que se instalou nos anos 1930, na região de São Miguel Paulista, e se tornou uma das maiores fábricas de São Paulo. Uma fábrica que veio importada, com o maquinário dos Estados Unidos, por dois “capitães da indústria”, o José Ermírio de Moraes e o Horácio Lafer, membros fundadores de dinastias da indústria paulista. A pretensão era, de certa forma, constituir uma indústria química de base naquela onda da industrialização. Para isso, tiveram todo o apoio do governo Vargas, nos anos 1930-1940 – o filho do Vargas era engenheiro químico e trabalhou na Nitro Química, ou seja, há toda uma conexão com a política de industrialização.

Além disso, era uma indústria com muitos trabalhadores, chegou a ter dez mil operários, e meio que refundou aquele bairro, um bairro afastado, que foi um aldeamento indígena - tem toda uma história pregressa - e ganhou um impulso nos anos 1930-1940, inicialmente, muito por conta dessa indústria. E ela ficou famosa – além da conexão com o local – também por uma certa política de bem-estar para os trabalhadores. Possuía um departamento social, coisas clássicas, como clube, moradia, assistência médica, creche, enfim, toda uma política social que a gente na literatura chama de paternalismo industrial e eu me interessei por estudar essas formas de dominação.

Na época, fiz um curso com o professor José Sérgio Leite Lopes, que foi muito inspirador. Pensei que tinha um caso diferente, mas que guardava semelhanças com o estudo que ele fez dos trabalhadores da fábrica de tecidos Paulista, em Pernambuco (LOPES, 1988). Assim, fui fazer um estudo, digamos, sobre as formas de dominação da empresa, e encontrei o que me parecia inicialmente um certo paradoxo. Espantou-me a presença política dos trabalhadores. Muito desta militância era vinculada ao Partido Comunista, que foi forte em São Miguel no período da redemocratização, de 1945 a 1947. Consta que era a maior célula comunista em fábrica em São Paulo – há, inclusive, relatos do Jorge Amado sobre São Miguel, que eu uso no livro. Essa atuação político-sindical me interessou e eu fiz um estudo de caso, digamos, clássico, de uma fábrica e a atuação política sindical dos trabalhadores, a relação deles com este sistema de dominação, pelas brechas deste sistema. Isso porque, na memória dos trabalhadores, me chamava muito a atenção essa questão da fábrica como *mãe e madrastra* ao mesmo tempo. Então, eu lidei um pouco com essa memória no meu mestrado.

Agora chego na migração, depois dessa volta toda. Eu a percebi como um dado chave, que trabalhei pouco no mestrado, e isso acabou impulsionando o doutorado, já que a grande maioria dos trabalhadores eram de migrantes do Nordeste – do que chamamos de Nordeste –, de Minas Gerais e do interior de São Paulo, mas muito caracteristicamente do Nordeste. Isso tinha relação com a fábrica e com a urbanização da cidade. A fábrica teve uma política inicial de levar trabalhadores da região Nordeste, e São Miguel passou a ser conhecido como um bairro de nordestinos na cidade. Então, o nome oficial do bairro era São Miguel Paulista, mas as pessoas brincavam que era São Miguel baiano. Na verdade, o que aconteceu na passagem do mestrado para o doutorado, costume dizer, é que eu saí da fábrica e fui para o bairro. Ao fazer isso, a questão da migração emergiu com mais força. Assim, me deparei com dois arquétipos: São Paulo como lugar de recepção, o Nordeste como lugar de expulsão, e São Miguel como o bairro exemplar desse processo. Então, fiz um estudo – significativo,

porque a Grande São Paulo foi o lugar que mais recebeu migrantes – em que a migração é um tema fundamental para entender temas como trabalho, urbanização e política, que me interessam como pesquisador. Mas só pude entender isso porque eu encarei a questão da migração, que acabou sendo uma questão chave. Ou seja, cheguei na migração por esse caminho um pouco tortuoso, por isso tive que falar muito. O objeto me levou à migração, não era um objeto inicial.

Pode explicar melhor essa ideia de suposto paradoxo, sobre o fato de os trabalhadores serem militantes políticos? Como localiza essa reflexão?

Na época eu via como um possível paradoxo, porque em tese a política assistencial da empresa seria para diminuir ou evitar conflitos. Como os empresários gostavam de dizer, para fortalecer a ideia de família Nitro Química. Como os proprietários, os gerentes gostavam de enfatizar um ambiente de harmonia, onde o conflito não chegaria. Então, me pareceu um potencial paradoxo, pois na memória operária – usei muito História Oral – às vezes no mesmo depoente existia o discurso de dever tudo à Nitro Química, pois saiu de um lugar muito pobre e ali construiu família e, ao mesmo tempo, de opressão, de ter vendido a sua saúde à empresa.

A Nitro Química era uma fábrica com condições de trabalho muito ruins do ponto de vista de salubridade. Seu principal produto era o rayon – um fio que exige todo um procedimento químico –, muito vendido neste período. Ele imita um pouco a seda; então, paletó era revestido de rayon, roupa, gravata, um monte de coisa. A Nitro Química usou o rayon como carro chefe porque, no processo de produção do fio, toda uma série de outros produtos químicos tinham de ser fabricados, assim, ela tinha uma série. Era um complexo industrial, por isso a necessidade de muitos trabalhadores. Então, o paradoxo era um pouco esse, entre uma suposta política de bem-estar, que diminuiria os conflitos, e o conflito acontecendo independente, ou, melhor dizendo, articulado com esta política do bem-estar social. A ideia era ver quais as brechas que permitiram que esse conflito, essa dicotomia, aparecesse. Obviamente as leituras de E. P. Thompson, sobre o “paternalismo”, os “costumes”, acabaram sendo altamente inspiradoras naquela altura.

Grande parte dos estudos sobre migrações internas no Brasil enfatiza a motivação econômica e o quadro social do país, em especial no campo. Na sua opinião, qual é o peso destas questões e quais outros elementos são importantes para a análise?

Essa questão é bem importante. Eu tive que me defrontar com o tema da migração e, na época, acho que duas características me chamaram atenção. A primeira é uma separação muito grande no campo dos estudos sobre migrações – e acho que essa separação tem diminuído ultimamente, modestamente o meu trabalho contribui para isso – na análise entre as imigrações, as migrações internacionais (de portugueses, italianos), que sempre tiveram

mais peso, e a migração interna – digo isso do ponto de vista da história. A segunda é justamente essa: os historiadores chegaram muito tarde nos estudos sobre as migrações internas, talvez por ser um tema mais do tempo presente. A migração interna era um tema – ainda é, em grande medida – dos sociólogos, demógrafos, geógrafos. Existe uma literatura enorme sobre isso dos anos 1970 e 1980, na qual eu me baseio. Mas, respondendo à questão, é uma literatura que enfatiza por demais os aspectos econômicos e demográficos do processo, no sentido das grandes cifras, e, para mim, como historiador social, formatado em uma escola thompsoniana, essa tradição obviamente me incomodava porque ela não via a agência dos migrantes nesse processo. Os migrantes eram como que empurrados por aspectos completamente alheios à sua experiência – aspectos macro-estruturais – para migrar. Portanto, eles não teriam nenhum impacto na própria ação familiar, individual, coletiva, comunitária, nenhum impacto no processo migratório.

Nesse sentido, é óbvio que as questões econômicas, as questões macrossociais da desigualdade, são fundamentais no processo migratório. Mas eu diria que isso é o óbvio e chegar somente a essa conclusão disso é pobre. Esse é o ponto de partida. Me parece que os estudos mais interessantes seriam os que partiriam desse macro contexto – das questões de ordem estrutural – para tentar entender como efetivamente as experiências desses migrantes se relacionam com esses processos, o que tentei fazer no meu estudo.

Me interessava, portanto, entender em que medida os próprios migrantes deixam de ser cifras e passam a ser agentes concretos, em condições bastante assimétricas, obviamente, mas cuja ação impacta os processos migratórios e em grande medida os moldam. Esse foi o meu impulso, meu desafio ao tratar do tema da migração interna. Era, em grande medida, um desafio também por causa desse perfil da literatura – como eu disse –, mas de maneira nenhuma estou sozinho nesta perspectiva, muitos outros historiadores e antropólogos compartilham desse mal-estar com a literatura que foi dominante por muito tempo sobre estudos migratórios, em particular da migração interna.

Lembro que eu abordava a migração porque queria entender os mundos do trabalho, então tive que lidar também com uma literatura tradicional da área do trabalho, que tinha uma desconfiança muito grande destes migrantes, da sua capacidade de ação política, e os via como fruto de um Brasil arcaico e, portanto, como seres que reproduziam relações tradicionais e teriam muita dificuldade de se adaptar ao mundo urbano industrial. Estou falando das formulações das teorias da modernização e, obviamente, muito do que foi formulado pela chamada escola sociológica paulista, que tem estudos maravilhosos, mas que tinham um ponto de partida muito negativo em relação aos migrantes, como rescaldos do mundo rural no mundo urbano e, portanto, com pouca capacidade de ação coletiva e de agir enquanto classe social. Para estes estudiosos, a capacidade de ação coletiva se restringiria às relações primárias que eles estabeleciam. Eu também procurei problematizar essa separação, me baseando em uma literatura historiográfica e sociológica que tenta questionar a ideia de que as relações primárias – familiares e comunitárias –, por exemplo, não tem nada a ver com relação de classe, ou seriam antecedentes de uma relação de classe – digamos, “pré-políticas”. Então, tentei mostrar como as relações densas, as redes densas que

os migrantes formavam, também eram fundamentais na sua constituição enquanto agentes no espaço público e na vida política.

Em que medida essa forte divisão mencionada, entre migração interna e externa, nos estudos da história, se diluiu? Quais as conexões feitas, na sua opinião?

Acho que há um interesse maior por parte dos historiadores na discussão da migração interna. Ela virou um tema historiográfico, coisa que quando eu comecei a pesquisar não era. Era um tema da sociologia, da demografia, como eu mencionei, ou da economia. Ou seja, o tema ganhou um certo status, mas, mais importante, é possível perceber processos similares, comportamentos paralelos, entre as migrações internacionais e as internas. No meu trabalho, tento estabelecer algumas comparações. A viagem, por exemplo, é algo que eu enfatizo.

Os migrantes nordestinos ficaram famosos por conta do “pau de arara”, uma espécie de caminhão que os trazia, em viagens muito longas – estou falando dos anos 1950 e 1960 principalmente. São viagens feitas em condições muito precárias, que demoravam às vezes até vinte dias ou um mês. Assim, é possível perceber esse trajeto, na memória de quem vivenciou essas viagens, como um rito de passagem fundamental, mais ou menos similar às memórias que os imigrantes têm das famosas viagens de navio da Europa ou do Japão para o Brasil. São momentos muito lembrados, romantizados, de virada na vida dessas pessoas e, portanto, de ruptura. Mas, ao mesmo tempo, são momentos de criação de laços e de construção de novas identidades, com pessoas que estão vivenciando mais ou menos o mesmo processo. Muitas vezes pessoas desconhecidas, mas não só. As migrações têm que ser sempre pensadas em torno de redes familiares e comunitárias. E pensar as redes também é outro elemento que conecta as migrações internas com as externas. Então, não só do ponto de vista de se tornar um objeto de estudo legítimo, mas principalmente do ponto de vista metodológico e teórico é possível estabelecer conexões entre esses processos.

Provavelmente a separação dos estudos de migrações internas e externas seja algo altamente frágil do ponto analítico, ou seja, deveríamos pensar em estudos migratórios de uma maneira mais ampla. O meu ponto é que em geral não se pensa e existe um pressuposto geral de que, quando se fala em estudos migratórios, trata-se de relações transnacionais e eu insisto que as relações translocais, em nível nacional, devem ter o mesmo estatuto do ponto de vista analítico, tanto do ponto de vista do que há em comum como das peculiaridades – porque obviamente há diferenças nesses processos.

De que maneira você elabora as questões ligadas à identidade na sua pesquisa com trabalhadores migrantes de São Miguel Paulista?

Penso a questão da identidade de uma maneira contingencial e histórica. Procurei – espero ter conseguido – pensar isso de uma maneira processual e não, como muitas vezes vemos em vários estudos a questão das identidades, de forma naturalizada, essencializadas e etc., o

primeiro ponto é esse. Como interessavam as articulações entre esses processos migratórios e a formação de classe – esse era o meu tema – o trabalho realmente tem uma contribuição interessante. Talvez se eu exemplificar algumas das conclusões, as discussões de identidade aparecem com mais facilidade.

Primeiramente, tentei desconstruir – isso ficou mais evidente para mim no final no processo de elaboração – uma certa ideia naturalizada do que é o “nordestino”. Isto especialmente em São Paulo, mas acho que vale para o Rio de Janeiro também, assim como outros lugares com grande recepção de migrantes nordestinos. A própria palavra “nordestino” – o que é ser nordestino – é absolutamente naturalizada até hoje nosso cotidiano. As pessoas nascidas, por exemplo, em São Paulo, no Espírito Santo, no Rio de Janeiro, não se consideram “sudestinos”, pois esta identidade regional não existe. No entanto, a identidade regional nordestina existe, ou pelo menos foi inventada, no sentido de que é fruto de um processo histórico, e, portanto, não existe o nordestino em si, as pessoas se tornam nordestinas.

Óbvio que isso é diferente em 2017 do que era em 1950 – período que eu estudo –, pois ali estava sendo forjada essa ideia. Hoje, ela está muito mais naturalizada e pode ser que as pessoas até incorporem essa “nordestinidade” mais facilmente. O meu ponto é que os migrantes, quando vão para São Paulo, não *são* nordestinos, eles são, por exemplo, de uma pequena comunidade do interior de Pernambuco, da Bahia. No máximo uma identidade estadual – forjada desde o século XIX ou desde antes das províncias, das regiões do país – perpassavam a auto declaração identitária daqueles indivíduos ou grupos familiares. Então, como elas se tornam nordestinas? No caso de São Paulo, é necessário recordar que isto foi um processo intenso se tomarmos os números por referência.

No Brasil, entre as décadas de 1940 e 1980, os dados mais conservadores dizem que 30 milhões pessoas deixaram o campo e foram para a cidade. Claro que estes números podem sofrer questionamentos, pois o que exatamente se entende por campo e cidade é uma fronteira tênue, haja vista que existe toda uma contestação de alguns sociólogos e demógrafos no sentido de que cidades pequenas que vivem da agricultura deveriam ser consideradas campo, portanto, o número de pessoas no campo seria maior do que o IBGE declara, etc. Existe um debate de ordem metodológica, mas o ponto é que sabemos da existência de uma migração em massa do campo para a cidade, que forma os centros urbanos como conhecemos hoje. Nesse processo, São Paulo e o Nordeste são paradigmáticos.

Os anos pós Segunda Guerra Mundial são particularmente instigantes pois, ainda que, em números absolutos, o maior índice de migrações tenha ocorrido nos anos 1970, em números relativos, o impacto da chegada ocorreu nos anos 1950. São Paulo já havia sofrido um processo migratório intenso nas décadas anteriores, especialmente a migração europeia, o que tornou a cidade mais branca - fenômeno no qual os paulistas se referenciam com orgulho até os dias de hoje. Mas, “de repente”, temos essa leva de pessoas vindo do interior do país, não apenas, mas sobretudo do Nordeste. Assim, não podemos nos esquecer de um fator importante, a presença de “pessoas de pele escura” neste grupo. Este aspecto é

importante porque há um impacto racial forte que forja relações tensas e ambíguas em relação a este migrante recém-chegado por parte dos já estabelecidos.

De um lado, estas pessoas vão trabalhar, principalmente, nos empregos braçais da construção civil e da indústria, em um momento em que São Paulo passava por um “boom” industrial, sendo esta mão de obra absolutamente necessária para que São Paulo pudesse virar a “cidade que não pode parar”, a maior cidade do país, e nesse período ela se consolidaria neste patamar. Por outro lado, isto também gerou tensões no mercado de trabalho, no espaço público e no espaço urbano – ou seja, onde estas pessoas iriam morar. E por isso a existência de um discurso, recorrente ainda hoje, nos setores conservadores paulistanos, de que a cidade começou a se deteriorar quando os “baianos” chegaram. O termo “baiano” é importante neste contexto, pois eles foram homogeneizados a partir deste termo. É interessante pensar: porquê “baianos”?

Sem dúvida, existe um aspecto quantitativo. De fato, a migração da Bahia é a maior – até por ser o estado de maior população. Mas eu lançaria a hipótese de que esta questão também se relaciona com a maior presença negra na Bahia, ou de pele escura – há que se considerar a presença indígena e de uma grande miscigenação que compõe a população sertaneja, origem de grande parte dessa migração. Ou seja, me parece que há uma conotação racial nesta generalização de baiano, feita para todos aqueles que vieram do Nordeste. Lembrando que a Bahia pertencia ao Nordeste naquele momento – segundo classificação do IBGE nos anos 1950, havia uma região leste, da qual a Bahia fazia parte – por isso a referência popular era norte e sul. São Paulo era parte do “sul maravilha” e de Minas Gerais para cima todos eram “nortistas”.

Assim, aquele momento foi marcado por uma grande ambiguidade, não necessariamente pela falta de “receptividade” do paulistano. Estamos inclusive vendo atualmente que, todo lugar do mundo que recebe grandes contingentes populacionais – migrantes ou refugiados – passam por situações de tensão entre os estabelecidos e os *outsiders*. Estes choques resultam em conflitos mais ou menos abertos e latentes, mas São Paulo não escapou desta condição e me parece que a questão está presente na memória social da cidade até os dias de hoje.

Outro ponto é que se tratava de uma grande quantidade de migrantes provenientes dos estados que hoje compõem a região nordeste indo para São Paulo, em um momento em que as diferenças regionais apareceram no debate público com muita força, especialmente a partir do governo de Juscelino Kubitschek. Houve a criação da SUDENE (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste) e as políticas nacional-desenvolvimentistas caminharam para associar a desigualdade regional com a desigualdade social e com a questão da terra. Por isso, as políticas de reforma agrária possuíam, para esses setores, um caráter social, mas principalmente de atenuar as desigualdades regionais do país. O Nordeste estava, de certa forma, na moda.

Associado a isto, há uma construção intelectual do que é o Nordeste, desde o século XIX – tema que foi trabalhado pelo historiador Durval Muniz de Albuquerque Júnior no interessante livro *A invenção do Nordeste e outras artes*. Começando pela figura do sertanejo (“antes de tudo um forte”) criada por Euclides da Cunha, passando por Gilberto Freyre, que afirmou o Nordeste como berço da nacionalidade, e pelos romances regionalistas dos anos 1930, que constituíram uma certa imagem do que era o nordeste e o nordestino. Os anos 1950 foram marcados também pelo forró, por Luiz Gonzaga e por certa apropriação da vestimenta do cangaceiro, do sertanejo, do vaqueiro como uma espécie de arquétipo do nordestino. Enfim, todos estes elementos estiveram misturados neste processo migratório, aqueles migrantes se apropriaram seletivamente destes discursos e os usaram ao seu favor, em momentos de potencial conflito, para fortalecer sua própria agência neste processo.

Em São Paulo, alguém ser chamado de baiano não fala apenas da origem. O ser baiano está repleto de conotações – como cometer erros, uma barbearagem no trânsito, ou pelo jeito de se vestir e falar – independe de ser pernambucano, piauiense, sergipano etc. Neste sentido, não é um termo só relacionado ao gentílico, mas a um modo de ser que está relacionado à classe social – e isto é absolutamente central no meu trabalho. Ou seja, se você é um baiano nascido na Bahia de classe média alta você não é um baiano neste sentido nos anos 1950 – talvez isso valha até os dias de hoje –, pois você vai se comportar e se vestir de uma maneira que, mesmo com seu sotaque, não é reconhecida como “de baiano”.

E me parece – e eu aponto isto no livro – havia muitos conflitos entre os próprios migrantes, que não gostavam de ser chamados de baianos, mas que acabaram por usar o Nordeste como uma generalização. Ao “baiano” eles respondiam como “somos do Nordeste, somos nordestinos”, então de certa forma eles também ajudaram a criar esta ideia. Além disso, a identidade nordestina, neste caso, parece estar absolutamente imbricada com a identidade trabalhadora, a valorização do trabalho, ou seja, “sou nordestino, então, assumo algumas atribuições como não ter medo de trabalhar. O trabalho físico, que em geral o paulista não quer fazer, eu faço, e esse é um trabalho fundamental para o progresso da cidade e do país”.

Então, há uma associação entre nordestino e trabalho braçal em geral, e essa valorização da condição de trabalhador pode caminhar – como o fez, em várias circunstâncias – para um pertencimento em um coletivo de classe. Assim, me parece que o processo de formação de classe, na segunda metade do século XX, pode ser compreendido se articulamos esse processo migratório com a conformação de identidades regionais que fazem parte desta clivagem. O ex-presidente Lula me parece um exemplo interessante disso, pois ele ganhou muita proeminência principalmente pela sua habilidade em usar essa correlação entre a condição de ser nordestino e trabalhador. Essa é uma identidade que me parece fundamental para entender a força política do Lula entre as classes trabalhadoras e populares, porque habilmente ele articula – com legitimidade – a identidade trabalhadora e a identidade nordestina. Então, várias coisas que, para a classe média, soam de mau gosto ou não adequadas para um presidente, para um homem público, não necessariamente soam como inadequadas e desrespeitosas para vastos setores da população, ao contrário.

Em suma, creio que tivemos um fenômeno nos anos 1950 e 1960 em que, primeiro, a *invenção do Nordeste* só é passível de compreensão com a presença destes migrantes em São Paulo, e, segundo, essa identidade nordestina está vinculada ao processo de formação e construção de uma identidade de classe. Claro que tudo isso possui uma série de outros elementos importantes. A questão de gênero, por exemplo, com uma certa ideia de masculinidade, que entende por homem aquele que trabalha – e o trabalho aqui é entendido como braçal, pois força física é importante, ou seja, empregos na construção civil e indústria. Portanto, o homem nordestino seria “mais homem” que o homem paulista, neste sentido.

É, sem dúvida, importante dizer que a migração é marcada por relações de gênero e, nesse sentido, o papel da mulher também é de trabalhadora, mas aqui há um duplo efeito. O primeiro é que boa parte destas mulheres migrantes foram trabalhar no serviço doméstico; há uma mudança do mercado de trabalho, na segunda metade do século XX, em que o trabalho fabril feminino decaiu no mundo industrial. Claro que elas existiam e muitas mulheres vão trabalhar na indústria – e o estudo clássico da professora Elisabeth Souza-Lobo (1991) mostra uma presença significativa delas – mas, no arquétipo, no estereótipo sobre o trabalho feminino das mulheres migrantes, o espaço doméstico acaba sendo fundamental – onde, inclusive, é bom lembrar, a força física também está presente. Então, se coloca uma ambiguidade, pois a associação entre migração e trabalho é entendida como masculina. Mas essa ambiguidade acaba sendo resolvida se pensarmos estes processos tendo em mente que a ideia de família é fundamental. Uma concepção de família que, naquele momento, estava com papéis, em tese, muito definidos – em tese porque isso sempre se embaralhou, uma vez que são famílias de trabalhadores pobres e, na maioria das vezes, a mulher precisou ir ao trabalho, ao espaço que em tese seria só masculino.

Este é um tema com estudos interessantes – como os da professora Marilda Menezes – que contemplam essa questão de gênero e migração. Eu abordei isso de maneira pouco desenvolvida no meu trabalho, pois é algo que me interessou mais recentemente, mas que me parece central para esse raciocínio que articula migração e trabalho. Não esquecer que este é um processo que passa pela construção de gênero é fundamental e, por isso, espero que novos estudos possam explorar mais estas questões.

Para concluir, na sua opinião, quais os principais desafios para quem pesquisa processos migratórios no Brasil?

Eu acho que já fui apontando alguns desses desafios. Ainda tem muito a ser estudado do ponto de vista histórico. Hoje existe todo um campo de estudos migratórios muito mais desenvolvido e sofisticado do que no passado, feito por antropólogos, cientistas sociais, etc., de modo que não cabe aqui criar uma cisão muito grande. Mas, como eu sou historiador, esse é o meu lugar de fala.

E acho que, apesar dos avanços, os historiadores estão ainda na infância dos estudos sobre migração no século XX no Brasil. Mesmo sobre migrantes nordestinos para São Paulo, para o Sul, existe uma infinidade de abordagens e temas que precisam ser explorados. Então, um primeiro desafio seria tentar dar conta da diversidade temática e ter uma densidade maior de trabalhos.

O segundo desafio – e isso é uma autocrítica – é pensar esses processos com mais conexão entre o lugar de saída e o lugar de chegada. Meu estudo é, modéstia parte, bom sobre os migrantes em São Paulo, mas eu falo muito pouco do Nordeste em si, dos lugares de onde essas pessoas vieram, quais as diferenças, os impactos locais. Isso tudo enriqueceria muito, até por entender que boa parte dessa migração é de ida e vinda, então não são universos assim tão separados, pelo contrário. No meu estudo eu mostro que existem redes entre o local de saída e local de chegada, e que esses locais de saída e chegada são múltiplos. Então, esses percursos e essas conexões precisam ser vistas de uma maneira menos dicotômica e mais integrada. É difícil porque acompanhar os deslocamentos dos migrantes, do ponto de vista histórico, exigiria que tivéssemos uma equidade maior de arquivos e fontes em todos os lugares e não temos isso. Mas me parece fundamental ir atrás e talvez tenhamos boas surpresas do ponto de vista metodológico e de fontes se encararmos uma visão menos dicotômica.

Em vários países onde há estudos fortes sobre migração interna, uma fonte que é absolutamente importante e que temos muito pouco ainda – em parte porque, especialmente nos períodos os quais estamos falando, o analfabetismo era ainda muito alto – são as cartas. Eu já tive muito o sonho de achar correspondências e perceber esses processos na intimidade e no mundo privado, cotidiano.

O terceiro desafio seria dar continuidade a essa desnaturalização das identidades. Tentar perceber como esses processos são fluidos, contingenciais, são processos históricos. Eu acho que muitas vezes os estudos sobre migração acabam tendo um pressuposto identitário muito fixo e isso precisa ser tensionado.

O quarto é que as perspectivas de gênero são riquíssimas para pensar esses processos. As migrações foram pensadas de uma maneira masculina. Assim, entender tanto como as masculinidades são construídas, quanto os papéis de gênero femininos são construídos e reconstruídos nesse processo me parece vital. Levando em conta que nós estamos falando de processos migratórios em que os projetos familiares são essenciais, entendê-los, articulados com os projetos de família e expectativas que passam pelo universo familiar, me parece também bem importante.

Por fim, acho que durante muito tempo – meu trabalho não é fruto disso, mas dialoga com isso – os processos migratórios foram vistos como parte da modernização do país e, portanto, as migrações rurais-urbanas foram sempre privilegiadas nas análises. Acho que hoje a gente tem condição de tensionar isso, mostrar processos de migração rural-rural, os processos de volta também são muito intensos, os processos migratórios que não sejam apenas das supostas regiões mais “atrasadas” para as mais “adiantadas”, os processos mais

localizados, etc. Enfim, acho que há toda uma agenda também geográfica que vale a pena ser explorada.

Mais alguma consideração?

Existe uma dimensão pessoal que eu acho que só percebi depois. Quem me conhece bem – amigos, etc., mais próximos – sempre me perguntou: “Você foi estudar migração porque seu pai, sua família, veio do Nordeste para o Rio e para São Paulo?”. Durante muito tempo respondi que não, e contei aquela história de como as coisas se deram racionalmente, que tem a ver com minha história profissional. Mas – nem sei se eu deveria falar essas coisas, mas, enfim, agora que eu já comecei – acho que teve um pouco de algo psicanalítico nesse meu processo de estudar as migrações, que só percebi quando o trabalho já estava feito. Acho que o momento em que me dei conta, para ser sincero, foi quando eu dediquei o livro para o meu pai. Porque aí sim, eu vi que muito daquela história era uma história familiar.

Quando falei o que estava pesquisando para o meu pai, ele começou a me contar coisas que eu não sabia da vida dele, que eram absolutamente parecidas com o meu objeto. Depois, me dando conta de como é o prefácio do meu livro do mestrado, depois do doutorado, e como eu inconscientemente fiz conexões com a minha própria história de vida, vi que ali tinha um processo de autoanálise meio embutido, que tinha a ver com a história da minha família, com a minha história, com a minha própria construção identitária. Enfim, eu acho que falar um pouco de si no seu próprio trabalho é uma coisa que fazemos sempre, mesmo quando não percebemos. Então, como essa é uma revista para mestrados e doutorandos, acho que vale um pouco esse recado, no nível de “ego-história”, sobre como a construção dos nossos objetos tem mais a ver com a gente do que pensamos.

Entrevista concedida em 11 out. 2017

Referências

ALBUQUERQUE JR., Durval M. de. *A invenção do Nordeste e outras artes*. São Paulo: Cortez, 2012.

FONTES, Paulo. *Trabalhadores e cidadãos – Nitro Química: a fábrica e as lutas operárias nos anos 50*. São Paulo: Annablume, 1997.

_____. *Um Nordeste em São Paulo: trabalhadores migrantes em São Miguel Paulista (1945-66)*. Rio de Janeiro: FGV, 2008.

LOPES, José Sérgio Leite. *A tecelagem e os conflitos de classe na "cidade das chaminés"*. São Paulo: Marco Zero, 1988.

SOUZA-LOBO, Elisabeth. *A classe operária tem dois sexos*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1991.